



COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO DESTINADA A INVESTIGAR SUPOSTAS IRREGULARIDADES ENVOLVENDO AS EMPRESAS JBS E J&F EM OPERAÇÕES REALIZADAS COM O BNDES E BNDES-PAR OCORRIDAS ENTRE OS ANOS DE 2007 A 2016, QUE GERARAM PREJUÍZOS AO INTERESSE PÚBLICO; INVESTIGAR OS PROCEDIMENTOS DO ACORDO DE COLABORAÇÃO PREMIADA CELEBRADO ENTRE O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL E OS ACIONISTAS DAS EMPRESAS JBS E J&F.

**REQUERIMENTO Nº DE 2017
(Do Sr. Carlos Marun)**

Requer seja submetido à deliberação do Plenário desta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito o pedido ora formulado de **CONVOCAÇÃO** do Sr. **PIERPAOLO CRUZ BOTTINI**, advogado do empresário Joesley Batista, para depor nesta Comissão.

Senhor Presidente,

Requeiro a V.Exa. nos termos do § 3º do art. 58 da Constituição Federal, combinado com o art. 2º da Lei nº 1.579, de 18 de março de 1958, com o art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, aplicado subsidiariamente aos trabalhos desta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI), com base no art. 151 do Regimento Comum do Congresso Nacional, que seja convocado a depor nesta Comissão o Sr. **PIERPAOLO CRUZ BOTTINI**, advogado do empresário Joesley Batista.

JUSTIFICAÇÃO

Como notícia amplamente divulgada na grande imprensa, o Procurador-geral da República, Rodrigo Janot, manteve um encontro com o advogado Bottini, em um bar em Brasília. O encontro ocorreu justamente um





dia depois do Ministro Edson Fachin, do Supremo Tribunal Federal (STF), ter expedido o mandado de prisão contra o empresário Joesley e o diretor do grupo J&F, Ricardo Saud.

A decisão do Ministro Edson Fachin, de prender os executivos foi tomada no dia **08/09/2017 (sexta-feira) à noite** e mantida em sigilo, mas a Polícia Federal só os recebeu **às 16 horas de Sábado (09/09/2017)**. Os mandados de prisão estavam desacompanhados de mandados de busca e apreensão, que permitiriam à Polícia Federal entrar na casa dos delatores além da retificação que se fez necessária por estar com endereço errado.

Por que tanta protelação na entrega desses mandados e falhas estranhas quando o pedido de prisão feito por Janot, dizia que o caso era urgente?

A convocação em questão se justifica no fato de buscar esclarecimentos quanto ao encontro ocorrido entre o Sr. **PIERPAOLO BOTTINI**, um dos advogados constituídos para defesa do grupo JBS e o Procurador-geral da República, **no final da manhã de sábado**, antes que a PF fosse comunicada oficialmente dos mandados de prisão.

Assim, o convocado está diretamente envolvido nos fatos relacionados aos objetivos da CPMI, sendo de grande valia sua oitiva por esta Comissão.

Sala da comissão, em de novembro de 2017.

RELATOR Deputado **CARLOS MARUN**
PMDB/MS

